

## A HISTÓRIA DA PALAVRA DEMOCRACIA NA ÉPOCA MODERNA<sup>1</sup>

Pierre ROSANVALLON

Tradução: Eliana Maria de Melo SOUZA<sup>2</sup>

Agora ninguém contesta que a democracia constitui o tipo mais desejável de regime político. Nem sempre foi assim. À direita, a desconfiança com relação à soberania do povo dominou durante muito tempo. À esquerda, o termo socialismo designava o verdadeiro ideal. De resto, para muitos republicanos clássicos, a República encarnava, por seu lado, a forma política do progresso, sendo até mesmo superior ao sufrágio universal. O caminho do triunfo do ideal democrático foi assim trilhado por duradouras e fortes resistências e submetido à rude concorrência por figuras julgadas bem mais elevadas e mais reais. Porém, existe outro fato, de ordem semântica, que deve reter a atenção: o caráter relativamente muito tardio do próprio uso da palavra democracia para designar o regime da soberania do povo; até mesmo – e este fato é interessante – entre seus partidários mais declarados. De fato, foi preciso esperar 1848 para que a palavra democracia verdadeiramente se impusesse na língua política francesa. Ora, bem antes é que o princípio de soberania do povo é formulado e reconhecido. Como explicar essa discordância entre a necessária auto-instituição do social, que sustenta desde o século XVII as diversas teorias do contrato social, e o uso da palavra democracia, quando esses dois termos são hoje sinônimos para nós? A história da palavra democracia encerra um enigma que gostaríamos de explorar.

Primeira constatação: durante muito tempo, a palavra democracia apenas designou uma forma política obsoleta. No século XVIII, a palavra democracia somente era empregada com referência ao mundo da Antigüidade. O *Dictionnaire Universel* de Furetière (1690) observa: “espécie de governo em que o povo tem toda autoridade. A democracia foi florescente apenas nas repúblicas de Roma e Atenas”. A definição política – que não está distante daquela dada no século XIV por Oresme em seu *Motz Estranges* (“*démocratie est une espèce de policie en laquelle la multitude de populaire*

---

<sup>1</sup> Traduzido do original francês “L’Histoire du mot démocratie à l’époque moderne”, apresentado por Pierre Rosanvallon na revista *La Pensée Politique*, n.1, maio, 1993.

<sup>2</sup> Departamento de Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

tient le princey”)<sup>3</sup> – apenas tem sentido se referida aos exemplos grego e romano. O *Dictionnaire de Trévoux* (nova edição, 1771) e o *Dictionnaire de l'Académie Française* (4 ed., 1762) vão na mesma direção. As definições políticas de democracia são tão sucintas nesses dicionários que a palavra tem uma dimensão arcaica (Atenas e Roma) ou exótica (o *Dictionnaire de l'Académie* observa que “alguns cantões suíços são verdadeiras democracias”). Se Trévoux parece distinguir autoridade e soberania na democracia, deixando claro que o povo deve exercer a primeira e deter a segunda, somente o velho *Dictionnaire Français* de Pierre Richelet (1680) havia sido mais minucioso, especificando: “forma de governo em que os cargos se dão por sorteio”. É preciso abrir *O espírito das leis* e *O contrato social* para ir além dessas generalidades.

## Montesquieu e Rousseau

Montesquieu e Rousseau quase não divergem em suas apreciações sobre a democracia antiga. Se o conceito de soberania do povo é central para eles,<sup>4</sup> não se contentam, à maneira dos escolásticos, em lhe conferir o sentido geral de potência suprema de legitimação. Em *Lettre à Monsieur d'Alembert sur les Spectacles*, Rousseau insiste no fato segundo o qual, em uma democracia, “os súditos e os soberanos são os mesmos homens apenas considerados sob relações diferentes”.<sup>5</sup> Para os dois autores o conceito de democracia, apreendido com base na idéia de soberania, implica que o próprio povo seja *legislador* e *magistrado*, portanto que exerça, ao mesmo tempo, o poder executivo e o legislativo.<sup>6</sup> A democracia fundamenta-se assim nos dois princípios de autogoverno e de legislação direta do povo. “É uma lei fundamental da democracia que só o povo faça as leis”, observa Montesquieu<sup>7</sup> por uma fórmula que Jean-Jacques não renegaria. Ambos concordam a respeito desta produção direta da lei pelo povo que conduz à rejeição do princípio de representação, mesmo se eles quase não especificam a questão da iniciativa das leis. Também consideram em unísono que democracia significa ser o próprio povo o magistrado. No *Emílio*, Rousseau vai até mesmo escrever: “O soberano pode se comprometer a depositar o governo ao povo todo ou à maior parte do povo, de sorte que existam mais cidadãos magistrados do que cidadãos simples particulares. Dá-se o nome de democracia a

3 Cf. GODEFROY, F. *Dictionnaire de l'ancienne langue française et de tous ses dialectes du IX<sup>e</sup> au XV<sup>e</sup> siècle*. Paris, 1891-1902.

4 Montesquieu observa: “Quando na república o povo como corpo possui a força soberana, é uma democracia” (*O espírito das leis*, Livro II, capítulo 2).

5 *Lettre à Monsieur d'Alembert sur les Spectacles*, edição crítica de M. Fuchs, Lille e Genebra, 1948, p.155.

6 No “monismo” de Rousseau, a distinção entre legislador e magistrado é puramente funcional. Encarnam menos dois poderes concorrentes e mais duas modalidades específicas da relação com a coisa pública (em *O contrato social*, Livro Terceiro, capítulo IV, Rousseau observa que o ato de legislar implica atenção ao interesse geral, ao passo que o poder executivo tem por natureza aplicar-se aos objetivos particulares).

7 *O espírito das leis*, Livro II, capítulo 2.

essa forma de governo”.<sup>8</sup> “A democracia pode abarcar todo povo ou se restringir à metade”<sup>9</sup>, chega ele a especificar assimilando então democracia à mais absoluta forma de governo direto (em *O contrato social*, como se sabe, Rousseau aceita no entanto que o princípio da representação possa intervir na designação do poder executivo). Mas, como então proceder à nomeação dos governantes? Montesquieu foi o primeiro a lembrar com força que é próprio à democracia designar governantes por sorteio e não por eleição. “O sufrágio por sorteio”, escreve ele, “pertence à natureza da democracia; o sufrágio pela escolha pertence à aristocracia. O sorteio é uma maneira de eleger que não aflige ninguém; deixa a cada cidadão uma razoável esperança de servir a sua pátria”<sup>10</sup>. Rousseau retoma de modo quase literal as formulações em *O contrato social* para sublinhar que somente o sorteio absolutamente não fere a igualdade.<sup>11</sup>

Assim definida, democracia em Montesquieu e em Rousseau vem a ser um tipo ideal que pode entrar à maneira de Aristóteles em uma tipologia dos regimes políticos e ao mesmo tempo um modelo histórico operado nas raras repúblicas de costumes severos. Porém, nenhum dos dois autores imagina que a democracia possa convir ao mundo moderno. Rousseau salientou com força: “Tomando-se o termo no rigor de sua acepção, jamais existiu uma verdadeira democracia, jamais existirá”<sup>12</sup>. Lembrar-se-á também da máxima desabusada: “Se existisse um povo de deuses, seria governado democraticamente. Um governo tão perfeito não convém a homens”.<sup>13</sup> Porém, não foi suficientemente observado que em Rousseau a noção de democracia cede o passo diante da noção de soberania do povo. A soberania popular designa para ele a qualidade essencial do regime que ele almeja de todo o coração. A democracia define para Rousseau uma forma de governo, uma técnica de decisão, mas não é suficiente para qualificar, a seu ver, o essencial: o fundamento mesmo do nexos social e da organização política. O que Rousseau busca explorar antes de mais nada são as implicações radicais de uma sociedade que deve se auto-instituir não mais podendo de modo algum fundar-se em uma ordem dada. Para ele, é neste programa de auto-instituição que reside a grande revolução dos tempos modernos. Onde a centralidade, para ele, do conceito de soberania do povo que rompe com suas ressonâncias escolásticas e monárquicas anteriores (ordenação do exercício do poder a serviço do povo). A questão da democracia é, portanto, para ele, relativamente secundária com relação à da soberania do povo e, nessa perspectiva, constitui no máximo um sub-

---

8 *Emílio*, Livro V (in *Obras completas*, tomo IV, Paris: Gallimard, “Bibliothèque de la Pléiade”, 1969, p. 846-7).

9 *Ibidem*.

10 *O espírito das leis*, Livro II, capítulo 2.

11 “Em toda verdadeira democracia”, observa ele, “a magistratura não é uma vantagem mas uma carga onerosa, que não se pode justamente impor mais a um particular do que a outro. Somente a lei pode impor essa carga àquele sobre o qual a sorte recairá, pois assim a condição sendo igual para todos e não dependendo a escolha de nenhuma vontade humana, absolutamente não há qualquer aplicação particular que altere a universalidade da lei” (*O contrato social*, Livro Quarto, capítulo III).

12 *O contrato social*, Livro III, capítulo 4.

13 *Ibidem*.

conjunto desta. Eis por que *O contrato social* absolutamente não se articula em torno da palavra democracia.

Como técnica de governo, a democracia é de resto com frequência criticada pelos filósofos do século XVIII. Montesquieu resume bem o sentimento geral insistindo na instabilidade da democracia e na tendência quase mecânica à corrupção de seus princípios. O cavaleiro de Jaucourt, que redige o verbete “Democracia” da *Encyclopédie*, parafraseia longamente *O espírito das leis* para denunciar a degradação da democracia em *oclocracia* ou em *aristocracia*.<sup>14</sup> Ao mesmo tempo em que se vincula à Antigüidade, ou ao menos em alguns de seus momentos e lugares míticos, o regime democrático é quase sempre associado a imagens de desordem e de anarquia.<sup>15</sup> D’Argenson está bastante isolado, no século XVIII, ao considerar que existe “falsa e legítima democracias”, sendo a primeira prenhe de ameaças, enquanto a segunda designa o governo representativo. “A falsa democracia”, escreve ele, “logo recai na anarquia, é o governo da multidão, tal um povo revoltado; então o povo insolente despreza as leis e a razão; seu despotismo tirânico demarca-se pela violência de seus movimentos e pela incerteza de suas deliberações. Na verdadeira democracia, age-se por intermédio de deputados, e esses deputados estão autorizados pela eleição; a missão dos eleitos pelo povo e a autoridade que os apóia constituem a potência pública”<sup>16</sup>. D’Argenson é o primeiro autor a separar a palavra democracia de seus referentes da Antigüidade e arcaicos e a inverter o sentido técnico (passagem da noção de autogoverno para a de governo representativo). Essa inversão levará perto de um século a passar para o senso comum. Como compreendê-la? Deriva quase naturalmente da dissociação rousseauísta entre soberania e governo. Se a democracia é poder do povo, o é na qualidade de poder-soberania e não de poder-governo em D’Argenson, tornando-se ao mesmo tempo compatível com a técnica do governo representativo. A oscilação semântica tem então aí sua origem. Mas, desse modo é realizada por um autor isolado e não se lhe deve acordar um significado geral.

## A língua da Revolução

A conotação da Antigüidade e quase técnica da palavra democracia no século XVIII permite compreender por que também esteve ausente na língua de 1789. A

---

14 Jaucourt observa, seguindo bem de perto Montesquieu: “Seria uma coisa feliz se o governo popular pudesse conservar o amor pela virtude, a execução das leis, os costumes e a frugalidade; se pudesse evitar os dois excessos, entendendo o espírito de desigualdade que leva à aristocracia e o espírito de igualdade extrema que conduz ao despotismo de um só: mas é bem raro que a democracia possa se preservar durante muito tempo desses dois perigos. É o destino desse governo admirável em seu princípio, de se tornar quase infalivelmente em presa da ambição de alguns cidadãos, ou de estrangeiros, e assim se transformar de preciosa liberdade em grande servidão.”

15 Em seu *Dictionnaire social et patriotique* (1770, p.109), Lefèvre de Beauvray escreve no verbete “Democracia”: “O regime democrático toca de muito perto na anarquia tanto como o monárquico toca no despotismo”.

16 *Considérations sur le gouvernement ancien et présent de la France*, Amsterdam, 1765, p.8.

idéia de um regime no qual o povo seja diretamente legislador e magistrado com efeito não arrebanhou ninguém até então, uma vez que parecia remeter a um passado longínquo e findo e corresponder a um estado arcaico e instável da vida política. Para um homem de 1789, a palavra democracia soa como talvez soará autogestão alguns séculos depois: remete a um passado no qual se mesclam uma teoria utópica e uma prática marcada por fracassos e excessos. A conotação pejorativa da palavra democracia é então quase tão forte quanto sua dimensão utópica e arcaica. Na primavera de 1789, alguns grandes senhores falam assim com desdém de “democracia” para qualificar a situação resultante, segundo eles, de um voto por cabeça nos Estados Gerais. Brissot observa então: “A palavra democracia é um espantinho da qual se servem os velhacos para enganar os ignorantes.”<sup>17</sup> Em maio de 1789, em um discurso proferido na Câmara da nobreza, o conde d’Antraigues alvoroça-se com as ameaças do poder do povo que “tendem à democracia que, em um grande império, não significa outra coisa senão anarquia”.<sup>18</sup>

Entre a massa de jornais revolucionários não se encontra nenhum, de 1789 ao ano IV, que mencione em seu título a palavra democracia ou o adjetivo democrático. São os adjetivos “nacional”, “patriótico” ou “republicano” (a partir de 1792) que vêm com muita freqüência à primeira página das gazetas. Observa-se também de modo particularmente significativo que a palavra democracia não é pronunciada sequer uma vez nos debates entre 1789 e 1791 sobre o direito ao sufrágio. Essa relativa ausência da palavra democracia na língua revolucionária é confirmada pelo exame dos dicionários do período. Entre 1789 e 1801, aparecem dez dicionários sociopolíticos. Apenas um consagra um verbete à “democracia” (conferir Tabela a seguir)! Tanto à direita como à esquerda, o termo parece estar amplamente ignorado. Isso aparece com muita clareza no verão de 1791, durante o grande debate sobre a revisão constitucional que resume e cristaliza todas as interrogações de teoria política e de organização institucional que marcaram a primeira fase da Revolução. Quando os moderados como Barnave ou Sieyès designam o regime que almejam de todo o coração, falam em “governo representativo”. Por outro lado, em torno do Clube dos Cordeliers, particularmente, a palavra-chave em torno da qual os radicais estão unidos é a de “soberania do povo”. *La bouche de fer* de Bonneville e Fauchet ou *L’orateur du peuple* de Martel e Fréron não empregam o termo democracia quando denunciam a maneira pela qual os deputados e os administradores confiscam o poder do povo. Não é a teoria do autogoverno que avançam para vencer os trancos da representação. Sua palavra-mestra é a de “vigilância” e eles propõem essencialmente um procedimento de ratificação popular das leis (que teriam sido classicamente preparadas e votadas pela Câmara dos Representantes). Não é a democracia, no sentido dado pela Antigüidade, mas sim a soberania do povo que eles opunham aos desvios do governo

17 J.-P. Brissot, *Plan de conduite pour les députés du peuple aux états-généraux de 1789*, s.l., abril 1789, p.21.

18 Citado por Marc Delaplace, *La notion d’anarchie pendant la Révolution Française (1789-1801)*, *Annales Historiques de la Révolution Française*, n.287, jan.-mar. 1992.

representativo. Nos importantes comentários de *O contrato social* que o abade Fauchet publica em *La bouche de fer* do outono de 1790 ao verão de 1791, o tema central é o da soberania. Como fazer leis conformes ao interesse geral, como evitar que os representantes não se separem de seus mandantes: em torno destas questões é que se ordenam suas preocupações. A forma de governo é percebida como relativamente secundária. Ora, é precisamente a esta esfera do executivo que a palavra democracia pertence, para Fauchet. Eis por que não se discute nem o conteúdo da monarquia nem o da democracia durante a elaboração da Constituição de 1791. Essa relativização institucional e política que se agarra ao arcaísmo da Antiguidade, herdado do século XVIII, permite compreender o caráter marginal da referência à democracia em 1791, inclusive nos círculos mais radicais.

	Dicionários	Verbetes			
		Aristo- crata	Aristo- cracia	Demo- crata	Demo- cracia
1	<i>Dictionnaire raisonné de plusieurs mots qui sont dans la bouche de tant de monde et ne présentent pas des idées bien nettes</i> , par Mxx, Paris, 1790.			X	
2	P. N. Chantreau, <i>Dictionnaire national et anecdotique</i> , Politicopolis, 1790.	X			
3	<i>Nouveau Dictionnaire français, à l'usage de toutes les municipalités, les milices nationales et de tous les patriotes</i> , juin 1790.	X			
4	J.-P. Gallais, <i>Extrait d'un dictionnaire inutile</i> , 1790.	X		X	
5	<i>Dictionnaire laconique, véridique et impartial</i> , par un citoyen inactif, s.l.n.d.		X		
6	P. N. Gautier, <i>Dictionnaire de la Constitution et du gouvernement français</i> , Paris, an III.	X	X	X	X
7	Abbé Buée, <i>Nouveau Dictionnaire, pour servir à l'intelligence des termes mis en vogue par la Révolution</i> , janvier 1792.	X		X	
8	K. F. Reinhardt, <i>Le Néologiste français ou Vocabulaire portatif des mots les plus nouveaux de la langue française</i> , 1796.	X	X	X	"demo- cratizar"
9	L. Snetlage, <i>Nouveau Dictionnaire français contenant les expressions de nouvelle création du peuple français</i> , Gottingue, 1795.	X		X	
10	L.-S Mercier, <i>Néologie ou vocabulaire des mots nouveaux</i> , 1801.				

Lista estabelecida com base em: A. Geoffroy, "Les dictionnaires socio-politiques, 1770-1820", in *Autour de Féraud. La lexicographie en France de 1762 à 1835*, Paris: ENSJF, 1986.

Muito mais freqüente, em contrapartida, é o emprego do adjetivo "democrata" (seis dos dez dicionários possuem um verbo). Porém, ele entra em uso como antô-

nimo de "aristocrata". Este último termo desempenha papel fundamental na designação sociopolítica do período revolucionário. A maioria dos dicionários (sete em dez) assinala que constitui uma das principais palavras novas introduzidas na língua revolucionária (mesmo se já se observam suas primeiras ocorrências em Moreau e em Linguet em 1788). Aristocrata torna-se rapidamente o vocábulo genérico para cobrir de ridículo os inimigos da Revolução, ou mesmo as pessoas que pensam diferente.<sup>19</sup> Nessa medida, "democrata" designa menos o partidário de um regime político bem específico (a democracia) do que o adversário do Antigo Regime e o partidário do processo revolucionário. O suplemento de 1798 do *Dictionnaire de l'Académie Française* observa assim que democrata acaba por significar "ligação com a Revolução, com a causa popular". A palavra tem um sentido sociológico e político e não jurídico ou institucional. Especifica o pertencimento a um campo e não a aspiração a um tipo particular de organização política. Nessa mesma perspectiva, ocupa, no entanto, apenas um lugar modesto em meio a muitos outros termos que exprimem a fidelidade política aos ideais da Revolução. Em seu livro *Histoire de la Langue Française*, Ferdinand Brunot compila assim 206 palavras e frases que servem para qualificar a ligação à causa revolucionária. "Democrata" figura evidentemente na lista, porém, há muitos outros termos de uso mais freqüente como "patriota", "jacobino" ou *sans-culotte*.<sup>20</sup>

A referência à democracia alude menos à exposição de um modelo o qual se trataria de realizar e mais a uma perspectiva comparativa. Serve para tentar elaborar a diferença entre o velho e o novo e caracterizar, em sua especificidade relativa, o governo representativo ou a república modernos. Sieyès, Brissot ou Robespierre, que podem servir como pontos de referência, manipularam nessa perspectiva, cada um por seu lado, a referência diferenciadora à democracia.

Em Sieyès e em Brissot, o regime democrático é remetido mais claramente à sua origem na Antigüidade e permanece mais estreitamente definido como governo e legislação diretas do povo. Sieyès insistiu em numerosas ocasiões nessas características, ao longo do ano de 1789, para salientar a especificidade do regime que a Revolução estava instalando. "Na democracia", escreve ele, "são os próprios cidadãos que fazem as leis e nomeiam diretamente seus dignitários públicos. Em nosso plano, os cidadãos fazem, mais ou menos imediatamente, a escolha de seus deputados à Assembléia Legislativa; a legislação deixa portanto de ser democrática e se torna

---

19 Sobre o significado do adjetivo "aristocrata" durante a Revolução Francesa, conferir extensos desenvolvimentos in *Matériaux pour l'histoire du vocabulaire français*, 2<sup>a</sup> série, tomo XI, *Datations et Documents lexicographiques. Vocabulaire socio-politique (1770-1814)*, Paris: Klincksieck, 1977; *Dictionnaire des usages socio-politiques (1770-1815)*, Paris: Klincksieck, 1975, fasc. 1, *Désignants socio-politiques*; Jacques Guilhamou, *La Langue politique et la Révolution Française*, Paris: Méridiens-Klincksieck, 1989; assim como, evidentemente, *Histoire de la Langue Française* de Ferdinand Brunot, t. IX, 2<sup>a</sup> Parte, Paris: Colin, 1967.

20 Conferir sobre este ponto as indicações fornecidas por Ferdinand Brunot (op. cit.) e por R.R. Palmer, Notes on the uses of the word democracy, 1789-1799. *Political Science Quarterly*, junho de 1953, e por M. Frey, *Les transformations du vocabulaire français à l'époque de la révolution (1789-1800)*, Paris, 1925.

representativa.<sup>21</sup> Quanto à dimensão do reino que impede tecnicamente todo exercício direto da vontade geral, Sieyès conclui que “a França absolutamente não é, não pode ser uma democracia”.<sup>22</sup> O governo representativo que Sieyès almeja de todo o coração não se confunde portanto com a democracia, que permanece sendo apreendida nos termos do século XVIII. Brissot contrapõe da mesma maneira a república que convém, a seu ver, ser realizada na França e o regime democrático. Como Thomas Paine, ele define a república como o governo pela representação, e rejeita por esse motivo o modelo democrático:<sup>23</sup> “Os republicanos da França”, diz ele, “absolutamente não querem a democracia pura de Atenas.”<sup>24</sup> A argumentação de Brissot é por certo amplamente tática. Ao dissociar república e democracia direta, ele almeja com efeito requalificar a idéia republicana, destacando-a das críticas intentadas e das acusações de anarquia que lhe dirigiam seus detratores.<sup>25</sup> Mas, no fundo, também quer demarcar a especificidade da república moderna em relação às formas da Antigüidade. A natureza precisa da relação que liga os dois tipos de regime parece no entanto enigmática. Os dois autores oscilam permanentemente entre uma diferenciação técnica e uma diferenciação mais filosófica da democracia e do governo representativo.

Ao mesmo tempo em que insiste permanentemente sobre o critério do tamanho da sociedade, fazendo da representação um simples mecanismo passivo de redução do número, Sieyès reconhece uma função ativa no processo de representação. “Existem duas maneiras”, assim escreve ele, “de exercer o concurso dos cidadãos na fabricação das leis. Ou os cidadãos exercem esse direito diretamente, ou eles o confiam a representantes, *bem mais capazes que eles de conhecer o interesse geral*.”<sup>26</sup> Aqui, o argumento da capacidade extravasa claramente a consideração técnica sobre a tomada de decisão em uma sociedade de grandes dimensões. Brissot, neste ponto, vai aliás muito mais longe que Sieyès. Para impedir toda identificação, politicamente ameaçadora, a seu ver, entre república e democracia direta, o redator do *Patriote Français* sugere a existência de uma diferença de natureza entre as duas formas políticas. O *referendum* e a democracia direta, argumenta Brissot, constituem dois procedimentos primitivos e precários de expressão da vontade geral, que são inexoravelmente

---

21 Sieyès, *Quelques idées de constitution, applicables à la ville de Paris en juillet 1789*, Versailles, 1789, p.3. Em outro texto, Sieyès observa que “o concurso imediato caracteriza a verdadeira democracia. O concurso mediato designa o governo representativo. A diferença entre esses dois sistemas políticos é enorme” (*Dire sur la question du veto royal*, Versailles, 7 de setembro de 1789, p.14).

22 *Dire sur la question du veto royal*, op. cit., p.15.

23 Sieyès criticava Brissot e Paine por confundirem governo representativo e república (conferir sobre este ponto a troca de cartas entre Sieyès e Paine publicada em *Le Moniteur* de 6 e 8 julho de 1791).

24 J. de P. Brissot, *Ma profession de foi sur la monarchie et la républicanisme – Recueil de quelques écrits, principalement extraits du Patriote français*, Paris, julho de 1791, p.7 (reproduzido no tomo V da coleção *Aux origines de la République, 1789-1792*, Paris, EDHIS: 1992). Sobre o mesmo tema, ver também Étienne Psaume, *Réponse aux objections des monarchistes contre la possibilité d'une république en France*, Paris, 1792.

25 Conferir sobre este ponto P. Gueniffey, Brissot, in F. Furet e M. Ozouf, *La gironde et les girondins*, Paris: Payot, 1992.

26 *Dire sur la question du veto royal*, op. cit., p.14.

conduzidos a formas sutis de manipulação e de confiscação do poder. A representação, neste caso, é portanto apenas um “mal necessário”, segundo a fórmula de Buzot.<sup>27</sup>

A distância tomada com a palavra democracia flutua ao sabor dessas variações na apreensão das relações entre o velho e o novo e no sentido a ser conferido ao processo representativo. De início, claramente remetido à Antiguidade, tende a resurgir na experiência revolucionária, principalmente em 1793, quando a perspectiva de um governo direto é celebrada por alguns para consolidar o rumo da Revolução. Robespierre faz parte destes. Em seu célebre discurso de 10 de maio de 1793, “Sobre o governo representativo”, ele atira às gemônias os funcionários e se devota com ardor a uma intervenção mais direta do povo nos assuntos públicos. No entanto, ele não emprega sequer uma vez a palavra democracia. A palavra e a transposição da coisa para o mundo moderno conservam ainda efetivamente uma dimensão problemática para ele. Robespierre fala assim com muita prudência no “problema, ainda indeciso da economia política popular”.<sup>28</sup> É mais tarde, em 1794, que Robespierre se refere com cada vez mais freqüência à democracia. O culto da Antiguidade que então tem seu fastígio seria suficiente para explicar a evolução que se constata na língua revolucionária? É inegável. Porém, é sobretudo na virtude, na frugalidade e no devotamento do cidadão à coisa pública em que pensam os da Montanha quando invocam Esparta. O uso mais freqüente da palavra democracia não surge somente no interior das nostalgias da Antiguidade. Acompanha também uma fase do combate político na qual o povo se torna o tema central. Donde a extrema confusão que então governa seu uso, como atesta Robespierre de modo particularmente brilhante em seu discurso de 5 de fevereiro de 1794, “Sobre os princípios de moral política que devem guiar a Convenção Nacional na administração interior da República”. “O governo democrático ou republicano: essas duas palavras são sinônimos malgrado os abusos da língua vulgar”, observa ele.<sup>29</sup> “A democracia”, prossegue ele, “não é um Estado em que o povo, continuamente em assembléia, resolve por si todos os assuntos públicos..., a democracia é um Estado em que o povo soberano, guiado por leis que são obra sua, faz por si tudo o que pode bem fazer e por delegados tudo o que não pode fazer por si mesmo.”<sup>30</sup> Durante este período, o uso da palavra democracia é essencialmente remetido aos termos da luta política. Designa menos uma forma política precisa, e evoca mais uma posição de combate. Robespierre ou Saint-Just têm em vista sobretudo a crítica da independência dos eleitos e dos funcionários. Não é tanto o princípio representativo em si que condenam mas a distância dos representantes. Sonham sobremaneira, como bem salientou Lucien Jaume, com uma “representação regene-

---

27 Citado por L. Boroumand, *Les Girondins et l'idée de République*, in F. Furet e M. Ozouf, *La Gironde et les Girondins*, op. cit., p.253.

28 Reproduzido in *Textes Choisis*, Paris: Éditions Sociales, 1974, tomo II, p.155.

29 *Ibidem*, tomo III, p.113.

30 *Ibidem*.

rada”.<sup>31</sup> Seu objetivo é mais buscar uma via para a identidade entre povo e poder do que sugerir a superioridade do governo direto. É a esse primeiro objetivo que para eles remete o uso da palavra democracia, introduzindo no mesmo lance um certo equívoco com relação ao sentido literal que lhe dão os *sans-culottes*. Por outro lado, a palavra toma por vezes um sentido francamente sociológico, antecipando-se ao uso do século XIX. A referência à democracia serve então para traduzir uma idéia de inclusão social e de igualdade. “Apenas na democracia”, explica nessa direção Robespierre, “o Estado é verdadeiramente a pátria de todos os indivíduos que o compõem..., os franceses são o primeiro povo do mundo a ter estabelecido a verdadeira democracia, convocando todos os homens para a igualdade e para a plenitude dos direitos do cidadão”.<sup>32</sup>

O uso da palavra democracia, mesmo nesse modo forçado, não segue no entanto sem problemas em Robespierre, como se subsistissem uma incongruidade ou uma perplexidade remanescentes. O arcaísmo ameaçador da democracia é por ele afastado para ser relegado às categorias da “democracia pura” ou da “democracia absoluta”. Ele fala assim em organizar a república “de uma maneira igualmente distante das tempestades da democracia absoluta e da pérfida tranqüilidade do despotismo representativo”<sup>33</sup> ou então ele se enfurece contra os que querem estabelecer “a democracia pura, e não aquela democracia que, para a felicidade geral, é temperada pelas leis”.<sup>34</sup> Em 1794, a palavra democracia soa ao mesmo tempo como um grito de reunião e como uma ameaça, designando indissociavelmente a força ativa do povo e as formas patológicas de seus extravasamentos. Nesse sentido, os termidorianos lastimarão – para retomar uma expressão do rei da Prússia – “os extravasamentos do democratismo francês”.<sup>35</sup> Evoca-se então a “canalharquia”,<sup>36</sup> enquanto Vilate, em seu *Causes secrètes du 9 Thermidor*, fala na necessidade, para a democracia, de “reter seu pendor natural para a oclocracia”.<sup>37</sup>

Embora não se dissocie, em 1793 e 1794, do arrebatamento das paixões revolucionárias e do aguçamento das lutas políticas, o uso mais freqüente da palavra democracia não corresponde somente a uma espécie de radicalização teórica calcada sobre a marcha dos acontecimentos. Atesta também, no interior dos próprios tumultos que o acompanham, a impossível dissociação entre a questão do regime e a questão do governo, como o impossível corte entre o velho e o novo.<sup>38</sup> Se a democracia

---

31 Conferir Lucien Jaume, *Le discours jacobin et la Démocratie*, Paris: Fayard, 1989.

32 *Ibidem*, p.114-5.

33 Discurso citado de 10 de maio de 1793, p.147.

34 Intervenção na Convenção sobre a Constituição, 14 de junho de 1793, in *Oeuvres de Maximilien Robespierre*, tomo IX, Paris, 1958, p.557.

35 Citado por R. R. Palmer, artigo citado, p.211.

36 Conferir: *Le Néologisme Français*, 1796.

37 Citado por F. Brunot, *op. cit.*, p.729.

38 A palavra democracia, ainda que seja de uso mais freqüente, não está no centro do vocabulário dos *sans-culottes*. Mesmo quando querem instalar procedimentos de governo direto e denunciam o confisco do poder popular pelos

e o governo representativo diferenciam-se tecnicamente, têm efetivamente em comum dar ao poder uma origem popular, portanto, residem ambos no princípio da soberania do povo. As duas formas não concebem da mesma maneira os procedimentos de legitimação e de nomeação, mas não participam menos de uma essência comum. No ano III, o próprio Sieyès fustiga assim a “ignorância crassa” dos amigos do povo que “crêem que o sistema representativo é incompatível com a democracia, como se um edifício fosse incompatível com sua base natural”.<sup>39</sup> Em 1793 e 1794, a referência à democracia como ideal político moderno fez apenas uma breve aparição, ainda tímida e incerta. Mas deu testemunho, pela maneira exaltada, da ineliminável interrogação ativa sobre o lugar prático do povo no governo moderno. Mesmo enterada sob as decepções ou reações, iria permanecer prestes a ressurgir.

## A democracia como estado social

Após a Restauração, a palavra democracia quase nunca é utilizada pelos liberais. Continua sendo geralmente remetida à Antiguidade, como mostra a edição de 1814 do *Dictionnaire de l'Académie Française*, ou então evoca apenas as errâncias do Terror. Em suas reflexões sobre a política e a liberdade modernas, um Benjamin Constant, por exemplo, jamais experimenta a necessidade de se referir à democracia. Outros termos e outros conceitos bastam, para ele, para anunciar as vias do ideal político. No entanto, é durante este período que a palavra democracia vai começar a entrar na língua política comum. Porém, é para designar a *sociedade* igualitária moderna e não mais o regime político associado às repúblicas grega e romana, nem a idéia de intervenção direta do povo nos assuntos públicos. O movimento semântico é completado em 1835 quando Tocqueville publica a primeira parte de seu livro *A Democracia na América*. No entanto, é encetado bem mais cedo, já nos primeiros anos da Restauração. Um célebre debate parlamentar em 1822 sobre a liberdade de imprensa o mostra. Na apresentação de um projeto de lei governamental, o conde de Serre havia tentado justificar uma repressão mais severa aos delitos de imprensa e uma censura mais enérgica nos jornais, apresentando o argumento dos riscos de desordem social que uma imprensa demasiado livre poderia engendrar. Porém, não é tanto o conteúdo que forma essas proposições reacionárias que retém a atenção. Com efeito, atestam o sentido novo que havia tomado a palavra democracia na língua francesa. “A imprensa periódica”, havia observado Serre, “é eminentemente democrática porque é eminentemente própria a agitar a multidão”.<sup>40</sup> Para ele, a noção de democracia aludia, ao mesmo tempo, à idéia de efervescência social, de ação de

---

representantes, eles quase não empregam a palavra democracia. Os constituintes de 1793 também não inscrevem o termo democracia em sua bandeira.

39 *Opinion de Sieyès sur plusieurs articles des titres IV et V du projet de Constitution*, Paris, 2 Termidor, ano III, p.5.  
40 Discurso na Câmara dos Deputados em 3 de dezembro de 1821, *Archives Parlementaires*, 2ª série, tomo XXXIII, p.655.

massas – tal como havia surgido em 1793-1794 – e à dinâmica do que Tocqueville iria denominar, alguns anos mais tarde, a igualdade de condições. “Se o princípio democrático definha entre nós, sem ação e sem vida”, advertia ele nesse sentido, “possuímos um meio certo de o reanimar: desacorremos os jornais; se, ao contrário, a democracia está por toda parte cheia de seiva e de energia, se está na indústria, na propriedade, nas leis, nas lembranças, nos homens e nas coisas; se a torrente escoar com todo ímpeto por frágeis diques que mal a contêm, não sejamos tão imprudentes para somar à sua força e impetuosidade”.<sup>41</sup> Em sua célebre resposta aos temores ministeriais, o decano dos liberais doutrinários, Royer-Collard, deveria fixar em termos que ficaram clássicos para toda uma geração este novo sentido sociológico da palavra democracia. A democracia é o fato social que deriva, a seu ver, da elevação das classes médias e da redução da distância que as separa das classes superiores. A democracia não designa portanto um regime político mas um tipo de sociedade. Para ele, o fato democrático confunde-se, nesta medida, com a essência do processo revolucionário – seu “espírito”, diz Royer-Collard – que foi o de reduzir a aristocracia. A democracia, explica ele seguindo a análise feita por Serre, é um “estado social”, ao mesmo tempo em que ela encarna a força social prestes a realizá-lo. “A democracia”, diz ele, “quis mudar o estado interior da sociedade, e ela o mudou.”<sup>42</sup> “Após muitas desventuras”, prossegue ele, “a igualdade de direitos, a verdade da democracia, prevaleceu; reconhecida, consagrada, garantida pela Carta, é hoje a forma universal da sociedade, e é assim que a democracia é por toda parte.”<sup>43</sup> Royer-Collard rejubila-se com um fato que inquieta Serre, mas ambos apreendem do mesmo modo o fato democrático.

Paradoxalmente, a palavra democracia toma lugar no vocabulário para definir a sociedade moderna em uma época em que reinava o sufrágio censitário (somente 100 mil eleitores votavam por volta de 1820). Triunfa significativamente no momento em que o termo República adquire uma conotação de extrema-esquerda na língua política. Para os liberais doutrinários, falar em democracia consistia reivindicar a obra sociológica e jurídica da Revolução, ao mesmo tempo em que se rejeita radicalmente a herança republicana. Significava dizer que a Revolução havia criado uma sociedade mais que um regime. Lembrando mais tarde esses debates levados sob a Restauração, Charles de Rémusat insistirá na ruptura intelectual que exprimiram ao dissociar, na análise, a ordem política da ordem social.<sup>44</sup> Essa distinção, salientará ele, permitia

---

41 *Ibidem*, p.656.

42 Discurso na Câmara dos Deputados em 22 de fevereiro de 1822, *Archives Parlementaires*, 2ª série, tomo XXXIV, p.133. “A aristocracia, a democracia”, diz ainda ele, “não são vãs doutrinas entregues às nossas disputas: são potências... Antes de falarmos delas, elas existem ou não existem” (*ibidem*).

43 *Ibidem*.

44 Conferir seu artigo, muito importante, De l'esprit de réaction, Royer-Collard et Tocqueville *Revue des Deux Mondes*, 15 de outubro de 1861. “São os doutrinários”, observa ele, “que mais lançaram luz sobre essa distinção, bem percebida por Sieyès no começo da Revolução, e que se dedicaram com muita insistência a realçar todas as suas consequências” (p.795).

que não mais se confundisse negativamente a democracia com a deliberação da multidão, e apreendê-la positivamente valendo-se dos costumes, dos interesses e da legislação civil. “A democracia está na ordem social”, observa Rémusat. “Está aí o resultado mais certo, o mais brilhante da Revolução.”<sup>45</sup>

A virada semântica fica consagrada no começo dos anos 1830. “A democracia está nos costumes”, escreve Villemain em sua introdução à edição de 1835 do *Dictionnaire de l'Académie Française*. Naturalmente, Tocqueville é quem a ilustrará com mais brilho e talento, ainda que ele não faça nada além de seguir os passos de Royer-Collard.<sup>46</sup> Fazendo da igualdade de condições o grande motor de revolução da sociedade moderna, ele se consagra, desde o primeiro tomo de *A Democracia na América*, à definição sociológica da democracia. Todo interesse de sua obra para nosso propósito reside no entanto no fato de que manifesta a impossibilidade de se ficar apenas com esta definição. O significado de democracia nunca está estabilizado em sua obra,<sup>47</sup> o fato moderno da civilização ficando em permanência atravessado pela irresistível pressão da soberania do povo sobre as instituições governantes. O que é muito perceptível em seus manuscritos. “A democracia constitui o estado social, o dogma da soberania do povo constitui o direito político. Estas duas coisas absolutamente não são análogas. A democracia é uma maneira de ser da sociedade, a soberania do povo é uma forma de governo”, diz ele por um lado.<sup>48</sup> Porém, ele revê, algumas páginas adiante, essa separação nítida ao escrever que “soberania do povo e democracia são duas palavras perfeitamente correlatas; uma apresenta a idéia teórica, a outra sua realização prática”.<sup>49</sup> A oscilação atesta assim a virada semântica e, ao mesmo tempo, o seu limite, como se fosse impossível dissociar completamente o social do político e construir o novo em ruptura com o antigo.

O equívoco tocquevilliano é ressentido como uma ameaça pelos doutrinários. Estes não deixam de exorcizar a idéia de democracia surgida na Antigüidade e propõem que se retenha apenas seu sentido moderno. Em um trabalho publicado em 1837 como resposta implícita a Tocqueville, *De la démocratie nouvelle, ou Des moeurs et de la puissance des classes moyennes en France*, Édouard Alletz assim contrapõe a “velha democracia”, definida como “governo das massas”, “força do número”, “autoridade da imprudência e da miséria”, e a “democracia nova”, que reside no sistema representativo e na igualdade diante da lei.<sup>50</sup> Alletz pensa assim definir “a possibili-

---

45 Ibidem. “A democracia, já que assim se chama a civilização moderna”, observa ele como conclusão de seu artigo (p.813).

46 Charles de Rémusat assim escreve a propósito de Tocqueville: “Não queremos considerá-lo senão como uma espécie de continuador de Royer-Collard com respeito a essa grande questão da democracia” (artigo citado, p.801).

47 Conferir os onze sentidos da palavra “democracia” que James T. Schleifer listou em Tocqueville no *The Making of Tocqueville's Democracy in America*, Chapel Hill: University of North Carolina, Pen., 1980. Ver igualmente P. Manent, *Tocqueville et la Nature de la Démocratie*, Paris: Fayard, 1993.

48 Manuscritos de Yale, citados por J.-C. Lamberti, *Tocqueville et les Deux Démocraties*, Paris: PUF, 1983, p.33.

49 Manuscritos de Yale, ibidem, p.30.

50 Conferir a apresentação de sua introdução, op. cit., tomo I, VIII-XIII.

dade de uma democracia sem sufrágio universal".<sup>51</sup> Guizot retoma, no mesmo ano, esse tema em um importante artigo, "De la démocratie dans les sociétés modernes."<sup>52</sup> Igualmente distingue ele entre *democracia moderna* e democracia nas repúblicas da Antigüidade, entendendo a primeira como "a limitação de todos os poderes pelo regime representativo, a igualdade civil, a igual admissibilidade de todos às funções públicas e a extensão das liberdades individuais".<sup>53</sup> Mas, de resto, ele entende democracia como um *movimento social*, indo até mesmo a falar em "guerra de baixo a alto, do maior número contra o menor número, dos pequenos contra os grandes".<sup>54</sup> Legítima ontem, quando se tratava de derrubar a sociedade de privilégios, a democracia entendida nesse sentido parece perigosa desde que as conquistas essenciais da igualdade e da mobilidade foram realizadas: "O que outrora era democracia, será hoje anarquia", conclui ele.<sup>55</sup> O corte entre o velho e o novo deriva portanto não somente de uma questão de definição, alude igualmente ao movimento da história. O tremor semântico de Tocqueville é assim brutalmente repellido. Constate-se, de resto, que na mesma época, de modo sintomático, um tradutor doutrinário de *A política* de Aristóteles não hesita em substituir diversas vezes democracia por demagogia!<sup>56</sup>

## A experiência da democracia

No oposto do espectro político, os publicistas de extrema-esquerda quase não empregam a palavra democracia. Atestam-no os principais textos programáticos do movimento republicano nos primeiros anos da Monarquia de Julho. A palavra democracia não figura nem no *Manifeste de la Société des Amis du Peuple* (outono de 1830), nem no programa da *Tribune, Doctrines Républicaines* (janeiro de 1833), nem no célebre *Discours du citoyen Desjardins sur l'association républicaine* (abril de 1833). Nesses diferentes manifestos os homens de extrema-esquerda falam em soberania do povo ou em república para exprimir suas aspirações. Em 1842, o *Dictionnaire Politique*, publicado por Pagnerre, o qual é muito representativo das idéias republicanas do período, consagra apenas um verbete bastante curto à democracia. Embora se observe que "a democracia é o triunfo completo do princípio da igualdade, o fato definitivo de nossa época, o fato do futuro", rapidamente os leitores são remetidos aos verbetes "soberania" e "república", dois termos que devem especificar, o primeiro, o princípio filosófico da democracia e o segundo, sua aplicação institucional e política. Entre os republicanos, Auguste Billiard encontra-se relativamente isolado ao assimi-

---

51 Ibidem, p.VIII.

52 *Revue Française*, novembro de 1837.

53 Artigo citado, p.224.

54 Ibidem.

55 Artigo citado, p.224.

56 *Politique d'Aristote*, tradução para o francês feita por Barthélemy Saint-Hilaire, Paris, 1837, 2 volumes (amigo de Cousin, o autor sucedeu a Jouffroy no Collège de France).

lar, em seu *Essai sur l'organisation démocratique de la France* (1837), os termos república e democracia, fazendo o elogio da "democracia pura".<sup>57</sup>

Se democracia qualifica sobretudo um tipo de sociedade nos anos 1830, ainda não designa o regime político ideal e unanimemente celebrado. A república ou o socialismo aparecem com freqüência, à esquerda, como os únicos objetivos mobilizadores. É significativo, por exemplo, constatar que Armand Carrel publique em 1835 um artigo intitulado "Não se deve confundir democracia e república". O objetivo é precisamente, a seu ver, realizar a segunda, ao passo que se supõe a primeira já estabelecida em grande parte. "A França é uma democracia e não uma república", escreve ele. "O princípio democrático está precisa e devidamente admitido na constituição existente; se está armado apenas com débeis atribuições, domina-a logicamente."<sup>58</sup> O regime republicano é o único que realiza o verdadeiro princípio da soberania do povo, estima ele, como a maioria de seus amigos políticos, quer sejam moderados como ele, quer sejam mais radicais. Ao mesmo tempo, no entanto, a força quase magnética da etimologia da palavra democracia já se faz sentir, força tão misteriosa quanto irrefreável que conduz em permanência a extravasar o sentido literal para englobar em seu campo todas as formas do bem político. Assim se explica por que a partir deste período o governo representativo é assimilado à democracia por seus defensores. O termo toma assim um sentido rigorosamente oposto ao que possuía para os homens do século XVIII e de 1789. O sentido começa a se apagar por trás unicamente da magia da palavra, sinal anunciador do ingresso em uma nova era do político. Significativo igualmente, nesses anos 1830, é o fato de que o adjetivo "democrata" designa uma qualidade que parece impossível não ser reivindicada. Um republicano virulento, autor da célebre *Lettre aux Prolétaires*, Albert Laponneraye, abalava-se a esse respeito, em 1835. "Nos tempos que correm", escrevia ele, "cada um tem a pretensão de ser democrata sem mesmo excetuarem-se aqueles que, por interesse ou preconceito, são os inimigos mais implacáveis de toda democracia. O banqueiro que se enriqueceu com embrulhadas sujas na Bolsa, e o orador subvencionado que sobe à tribuna pretensamente nacional para defender os mais revoltantes monopólios, dizem-se democratas; o jornal que, todo dia, faz eco às declamações aristocráticas, e que brada com muita fúria contra a liberdade e a igualdade, se diz democrata; enfim, não existe ninguém, mesmo o marquês do bairro nobre, mesmo os precedentes jesuítas de grandes e pequenas golas, que não se diga igualmente democrata."<sup>59</sup> Significa reconhecer que a palavra democracia começava a desertar o campo da ciência política para ingressar no campo da moda e das crenças.

---

57 Ele define a democracia como a ausência de separação entre governados e governantes e propõe para realizá-la dividir o país em "cidades elementares", de maneira a tornar possível o "governo do povo pelo povo".

58 Armand Carrel, artigo publicado em 9 de dezembro de 1835 no *National*, reproduzido in *Oeuvres politiques et littéraires d'Armand Carrel*, Paris, 1858, tomo IV, p.378-81.

59 Albert Laponneraye, De la véritable démocratie, in *Mélanges d'économie sociale, de littérature et de morale*, Paris, 1835, tomo II, p.177.

O advento do sufrágio universal, em 1848, modificará notavelmente a língua política ao completar a oscilação da palavra democracia. Antes periférica, a referência à democracia vai rapidamente se impor, designando indissociavelmente um regime e uma forma de sociedade. Embora ingresse progressivamente no Panteão do senso comum, a palavra democracia vai deixar de poder ser apreendida de modo simples. Para além das restritas definições políticas do século XVIII ou das abordagens mais sociológicas do século XIX, vai recobrir em um mesmo movimento todo um conjunto de aspirações e práticas fortemente heterogêneas. Embora permaneça por muito tempo eclipsada pela república e pelo socialismo, democracia designará de ora em diante o ideal tão impreciso quanto ardente o qual a sociedade moderna deve se esforçar por realizar. Mais do que um regime ou uma sociedade, a democracia traduzirá uma crença comum na igualdade. Tão vaga e confusa quanto imperiosa, disputada pelas mais contraditórias teologias, porém, reinando sobre as representações políticas somente pela força de seu nome. O abuso da palavra democracia, do qual Vacherot é um dos primeiros a se queixar nos primeiros anos do Segundo Império,<sup>60</sup> vai de ora em diante acompanhar a sagração da soberania popular. À maneira de um estandarte e, ao mesmo tempo, de uma máscara: para celebrar suas promessas e dissimular suas dificuldades. A palavra democracia veicula, por trás de uma aparente evidência e clareza, as dúvidas e as perplexidades da sociedade moderna sobre seus fundamentos políticos últimos.

Se agora a democracia recolhe sem dificuldade a quase unanimidade dos sufrágios, encarnando aos olhos da grande maioria de nossos contemporâneos o tipo mais desejável de regime político, sua definição está longe de suscitar o mesmo acordo, desde então, ao menos, não se contenta mais com fórmulas convenientes e paráfrases usuais (a democracia como “poder do povo”). Quase não existe palavra na língua política cuja definição prática esteja tão sujeita a variações. Onde, aliás, a tendência permanente a apoiá-la na muleta de um adjetivo. Como se, à maneira dessas iguarias insípidas que só tomam gosto graças ao tempero que as acompanha, a democracia apenas viesse a ter uma verdadeira consistência se especificada “liberal”, “popular”, “real”, “radical” ou “socialista”. Onde, ainda, a dificuldade constantemente experimentada de traçar claramente a linha divisória entre a democracia e suas patologias, sejam estas denominadas demagogia ou populismo, assim como as perplexidades manifestadas com as interrogações sobre os bons usos do *referendum*. A palavra democracia aparece, ao mesmo tempo, como uma solução e como um problema. Nela, coexistem o bom e o incerto. Essa coexistência tem de particular o seguinte aspecto: não é principalmente devido ao fato de ser a democracia um ideal longínquo e utópico, com o qual todos estariam de acordo, sendo as divergências sobre sua definição remetidas à ordem dos meios a serem empregados para realizá-la. Bem longe de corresponder banalmente a uma espécie de indeterminação dos cami-

---

60 “O abuso da palavra democracia é que me deu a idéia deste livro”, escreve ele no prefácio de seu célebre ensaio *La Démocratie*, publicado em 1860.

nhos para sua instalação, o sentido flutuante da palavra democracia pertence antes à sua história e à sua essência, mesclando inextricavelmente a questão da soberania do povo com a da igualdade. A seu nítido distanciamento no século XVIII substituiu-se, a partir de 1848, uma proximidade de uma só vez ativa e incerta, fazendo da democracia objeto de uma experiência e de uma busca tanto quanto de um ideal. A análise semântica, a reflexão filosófica e a vida política delimitam de ora em diante um mesmo campo: o da democracia indissociavelmente entendida como questão e como experiência, abolindo no mesmo movimento a fronteira entre as categorias clássicas da compreensão e da ação. Na reconhecida era da democracia, a história e a filosofia sobrepõem no campo político seu objeto e aproximam seus métodos.